

## MEMÓRIAS SOCIAIS DA FÉ: ARQUIVOS PESSOAIS, LUGARES DE MEMÓRIA E LEGADO<sup>1</sup>

Vandelir Camilo <sup>2</sup>

Que é o esquecimento  
senão a privação da  
memória? E como é, então,  
que o esquecimento pode  
ser objeto da memória se,  
quando está presente, não  
me posso recordar?...  
(Tomás de Aquino)

### INTRODUÇÃO

A memória social e a religião – pensada como campo de narrativas, embates e esquecimentos – podem ventilar questões fundamentais para os processos de poder nas narrativas de memória e, por conseguinte, na constituição de lugares de memórias (NORA, 1993), neste caso, relacionados à trajetória de religiosos católicos. Além disso, a criação de lugares ou espaços de memória, tomando por base o cristianismo, a partir do catolicismo, já vem sendo problematizada por perspectivas que podem nos apresentar outros parâmetros de pesquisa, dentre os quais os estudos de um dos pioneiros nessas análises, o pensador francês Maurice Halbwachs, um dos primeiros a abordar estudos relativos à memória (coletiva) social, nos anos de 1920.

Em *La Topographie légendaire des évangiles en Terre saint: Étude de mémoire collective*, Maurice Halbwachs (2008 [1971]) prenuncia estudos que visam a dialogar a memória coletiva e a memória religiosa, cristã, com espaços geográficos. Sua tese é de que a memória coletiva de grupos religiosos, no caso, os cristãos, é uma memória, antes de tudo, versátil e multifacetada, assim como a memória coletiva das sociedades. As memórias religiosas moldam as necessidades e particularidades de cada grupo social de acordo com a época e as circunstâncias. O autor avança nessas questões exemplificando como a memória social da religiosidade cristã e sua relação geográfica e espacial

<sup>1</sup> Trechos deste artigo foram desenvolvidos na dissertação de mestrado “Desafios e estratégias na criação do Memorial Dom Lucas”, defendido na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2018.

<sup>2</sup> Mestre em História Política e Bens Culturais, FGV (RJ), doutorando no Programa Interdisciplinar em Memória Social (PPGMS), UNIRIO. Título da tese: “Necromemória: A história de vida do médico doutor José Mauricio Nunes Garcia e as etapas de seu esquecimento (1808-1884)”.



constituíram-se, primordialmente, na adaptação de espaços e lugares de acordo com as determinações impostas por Roma em épocas diversas. Para isso, ele vai a campo em locais como Jerusalém e Palestina.

Dito isso, a tese de Halbwachs (2008 [1971]) servirá de suporte a este artigo, na medida em que ele se interessa menos pelos conteúdos discursivos e ritualísticos produzidos por grupos religiosos e mais pelas formas e os processos quase totalizantes pelos quais esses discursos se firmam em nossas memórias sociais. Ainda que esse autor seja pouquíssimo analisado pelo viés que dialoga com a memória, a linguagem e a geografia, este estudo pode servir de parâmetro, pois ventila as constituições que envolvem as narrativas que forjam memórias.

Essas análises podem lançar luz a fenômenos associados à criação de lugares de memória; mais do que isso, podem iluminar questões ligadas às narrativas dos *legados* (HEYMANN, 2011) produzidos por esses espaços, caracterizados, neste caso, como patrimônios religiosos, uma vez que preservam a memória material de integrantes da alta hierarquia da Igreja Católica. Nesse sentido, ao aprofundar as questões ligadas à categoria *lugar de memória* ao conceito de *legado*, podemos abrir espaço para debates que iluminem as extra-oficialidades políticas envoltas na criação e na manutenção de projetos de memória que nada mais são do que projetos políticos, conforme veremos mais à frente.

Para isso, objetivamos ventilar as narrativas produzidas e forjadas por dois lugares de memória religiosos: o Instituto dom Hélder Câmara e a Fundação Memorial Cardeal dom Lucas Moreira Neves. Busca-se observar a participação dos titulares em torno dos seus projetos de memória e os posicionamentos dos herdeiros dessas memórias, que, muitas vezes, acabam por refletir as ações, as narrativas e as estratégias de memória desses sujeitos, em uma espécie de pacto *post mortem*, visando a estabelecer, no presente, reflexos sobre a trajetória dessas pessoas, recorrendo à ideia de legado a partir dos arquivos e acervos pessoais dessas instituições de memória.

Segundo Luciana Heymann (2005), a ideia de legado a partir da constituição de acervos pessoais de homens públicos pode ser compreendida como uma forma de buscar legitimidade nas instituições de memória. Isso se dá, em grande parte, pela capacidade dessas instituições de abrigar acervos, peças e documentos inéditos que postulem uma manifestação material do legado do personagem e de sua trajetória (HEYMANN, 2005, p.53).

Este artigo, portanto, se deterá em apresentar essas duas instituições de memórias religiosas, buscando destacar as subjetividades produzidas a partir dos arquivos pessoais de cada uma delas e os usos, a partir dos acervos, por parte das instituições. Visamos, com isso, a iluminar *o que e como* é valorizado ou silenciado nos acervos pessoais nessas instituições. A atenção estará voltada para as formas com que as narrativas dessas instituições firmam-se como lugares de memória, e, finalmente, para as estratégias e as narrativas que os herdeiros dessas memórias mobilizam na atualização dos seus legados.

As coleções particulares funcionam como suportes de memória na medida em que materializam o indivíduo, sua trajetória, a sociedade e o contexto histórico em que atuou. Já foi notado que a memória material dos grupos sociais, em lugares de memória, não se forja a partir de conjuntos harmônicos e uníssonos. Entretanto, as coleções privadas ocupam uma posição privilegiada por serem uma forma de constituir memórias materiais e subjetividades, tanto o é que já chegaram a ser consideradas um “ato autobiográfico” (MENEZES, 2007).

Dito isso, é importante frisar que este texto não tem maiores pretensões teóricas, uma vez que se trata de um debate inicial sobre o que entenderemos como uma “sociologia dos fatos religiosos”<sup>3</sup> a partir do campo da memória social. A princípio, abordamos as duas instituições de memória a partir dos usos sobre suas coleções pessoais, problematizando algumas questões ligadas a lugar de memória e legado. Em seguida, buscaremos, sem maiores pretensões, dialogar sobre as narrativas e representações produzidas por ambas as instituições de memória de forma comparativa. Finalmente, a partir daí, nossa ideia é provocar pesquisas e trabalhos que tenham como objetivo problematizar os desafios e as estratégias de memória produzidas por instituições que têm como guarda a memória material de autoridades religiosas da Igreja Católica, bem como as ações dos herdeiros dessas memórias e as narrativas de memória estabelecidas por esses agentes. O debate pode, assim, tornar complexas questões proeminentes para o campo da memória social da religião.

## **DOM HELDER CÂMARA E O INSTITUTO DOM HELDER CÂMARA**

No caso de dom Helder Câmara, a criação de um instituto para abrigar sua memória, a partir de seu acervo, bem como divulgar seus trabalhos intelectuais, fez parte do interesse pessoal do religioso, manifesto em seu testamento. Entretanto, o Instituto Dom Helder Câmara (IDHeC) é originário

---

<sup>3</sup> Cf. Durkheim, 2000.



de um projeto antecedente, que surgiu antes que ele se tornasse arcebispo emérito de Recife. O Instituto teve início em meados dos anos 1980, e data do ano de 1984 a inauguração desse espaço em Recife,<sup>4</sup> após dom Helder apresentar sua carta de renúncia ao Papa João Paulo II por ter alcançado a idade de 75 anos.

A inauguração do IDHeC contou com a participação de importantes figuras da sociedade recifense. Segundo os dirigentes da memória de dom Helder, o Instituto surgiu como possibilidade de abrigar toda a memória material do arcebispo, por meio dos artefatos materiais de cunho religioso, além de iconografias e do acervo pessoal. De fato, essas divisões adotadas em acervos de homens públicos religiosos realçam objetos de cunho religioso, documentos pessoais e uma biblioteca, que busca indicar a intelectualidade desses prelados; entretanto, o que é valorizado ou silenciado em cada um desses espaços leva em consideração a trajetória do indivíduo, suas narrativas, as estratégias de memória dessas instituições e, principalmente, as ações e os objetivos dos herdeiros dessa memória.

É importante definir que a atuação dos herdeiros ou guardiões de memória é fundamental na concepção, realização e manutenção desses projetos. De acordo com Heymann (2011), herdeiros de memória podem ser entendidos não apenas como familiares, mas também como depositários de uma herança de memória. Para Ângela de Castro Gomes (1996), o guardião da memória é aquele que coleciona e narra a história do grupo a que pertence:

O guardião ou mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui “marcas” do passado sobre o qual se remete tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros grupos (vivos e mortos), quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória (GOMES, 1996, p.7).

O perfil da instituição reflete os propósitos do próprio titular da memória, por isso a atuação dos seus herdeiros é projetar e atualizar a trajetória

---

<sup>4</sup> Data do ano dos anos 1980 um projeto social de dom Helder inaugurado como “Obras do Frei Francisco”. Ainda que de cunho social, ele serviu de diretriz para, anos mais tarde, dar-se a inauguração do futuro Instituto.

do titular. No caso de dom Helder Câmara, o objetivo dos herdeiros é “colocar à disposição de todos o acervo cultural deixado por dom Helder. São cartas, crônicas, discursos, fotos, e hemeroteca”.<sup>5</sup> Dessa forma, o religioso mantém-se presente na cena pública contemporânea do estado onde atuou e do seu país a partir de ações relativas à sua memória material. Para além disso, pode-se pensar na identidade construída a partir da memória de dom Helder como o homem público do povo e para o povo, o humanista e, fundamentalmente, o religioso preocupado com questões ligadas aos direitos humanos e a proteção dos injustiçados, temas que fizeram parte dos debates no qual ele atuou de forma energética.

A proposta do IDHeC relativa à memória de dom Helder Câmara foi um projeto ousado. Em um primeiro momento, o Instituto funcionava exclusivamente nas dependências da Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras. Em um segundo momento, foi inaugurado o Centro de Documentação Dom Helder Câmara (CEDOHC), que integra o IDHeC e é uma organização não governamental que tem como objetivo salvaguardar todo o acervo deixado por dom Helder Câmara, em testamento, para o IDHeC, sob a guarda do CEDOHC. Ali, encontra-se armazenada toda a produção intelectual do arcebispo de Recife: missivas, jornais, traduções, transcrições, manuscritos, fotografias e áudios compõem o acervo.

Ainda que neste artigo não tenhamos a pretensão de esgotar o tema sobre o acervo de Dom Helder, penso que duas questões merecem ser examinadas. A Instituição e o CEDOHC facilitam o acesso de pesquisadores a quaisquer documentos relativos à trajetória do titular, ao contrário do que veremos mais à frente sobre o Memorial Dom Lucas. A memória de dom Helder, portanto, é estabelecida a partir de ações que buscam divulgar e incentivar a utilização do acervo do arcebispo de Recife por pesquisadores e usuários em geral. Além disso, o IDHeC, em meados de 2012, apresentou uma audaciosa e inédita proposta de digitalização e informatização de todo acervo relativo à trajetória de dom Helder.

Em junho daquele ano, foi instituída a Lei 14.688, criando a Comissão Estadual da Verdade dom Helder Câmara, que objetivava esclarecer as violações dos direitos humanos praticados entre 1964 e 1988 em Pernambuco ou contra pernambucanos em outros estados brasileiros. Para além dessa Comissão, um importante passo foi a parceria com o Conselho Editorial de Pernambuco (CEPE), que, com financiamento da prefeitura de Recife,

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/idhec---instituto-dom-helder-camara>. Acesso em: 28 out. 2020.

possibilitou a digitalização de todo o acervo de dom Helder. O arquivo digital contém 132 mil folhas de documentos, além de 15 mil fotografias já informatizadas.<sup>6</sup> A intenção de reunir as narrativas da memória material de dom Helder, as ações relativas a direitos humanos e a memória a uma Comissão da Verdade acabou por “legendar” um lugar de memória para o religioso a partir das ações ligadas a questões da justiça social e da verdade.

É importante frisar que, conforme lembra o historiador Pierre Nora (1993), se a função dos lugares de memória é parar o tempo, em dom Helder, esse tempo estaciona na imagem do religioso da luta contra as injustiças do país. Além disso, a ideia de reunir a memória dos injustiçados a uma Comissão da Verdade – que, por sua vez, se propõe a possibilitar, sem restrição, o acesso a todo acervo de dom Helder – pode ser interpretada como uma tentativa de constituir uma representação de homem aberto, democrático, humanista e “fiel” ao povo brasileiro e à Igreja Católica. Não podemos nos esquecer de que o IDHeC é fruto de um desejo pessoal do titular, manifesto em testamento.

Nesse sentido, os arquivos pessoais de homens públicos e religiosos podem ser analisados por um viés de diálogo com outros formatos de composição do real. O caso de dom Helder em muito se assemelha, por exemplo, ao arquivo do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito. A criação do arquivo da diocese de Nova Iguaçu, como bem observaram João Marcus Figueiredo de Assis e Rosale de Mattos Souza (2012), pode “conduzir e reconduzir a memórias identitárias que aproximem a trajetória de seus titulares”.

O arquivo de dom Helder Câmara está dividido em circulares (conciliares, interconciliares; pós-conciliares; nova fase; caminhada); correspondências (coleção Cecília Goulart Monteiro; coleção Virginia Côrtes de Lacerda; à nunciatura; aos religiosos; nacionais; internacionais); discursos; e hemeroteca (jornais; revistas e boletins). Todos os documentos encontram-se em um portal.<sup>7</sup> Especificamente o arquivo relativo a dom Helder contém documentos que perpassam toda a trajetória do religioso, com destaque para sua atuação, seja no Brasil, seja no Concílio do Vaticano II, o que acaba por refletir o posicionamento político e religioso desse prelado.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/09/02/acervo-de-dom-helder-e-digitalizado-e-estara-disponivel-em-site-353114.php>. Acesso em: 28 out. 2020.

<sup>7</sup> O portal comporta, ainda, os arquivos de coleções de jornais de Recife do século XIX. O Diário da Manhã, jornal histórico local e outros.

A memória social cria parâmetros e confere legitimidade a determinados passados. Assim, instituições de memória como as de Dom Helder Câmara e Dom Lucas Neves podem, conforme veremos mais a frente, funcionar como legado intelectual e patrimonial de seus titulares, entretanto a maneira simbólica que cada instituição adota pode refletir, muitas vezes, os posicionamentos políticos que seus titulares assumiram em vida. Heymann (2011) lembra-nos de que essas instituições que surgem com a missão de preservar a memória de determinados indivíduos sempre têm caráter político, na medida em que são capazes de criar identidade e produzir um discurso sobre o passado que cria perspectivas e valores para o futuro (HEYMANN, 2011, p.87).

Dito isso, a trajetória, a memória e as narrativas dos titulares *post mortem*, a partir dos posicionamentos e das estratégias dos herdeiros de memória, podem, muitas vezes, impulsionar diferentes projetos de memória social religiosa. Uma breve reflexão comparativa pode nos mostrar como silêncios de memória costumam refletir as subjetividades e os interesses desses agentes. Se o arquivo de dom Helder opera na divulgação e informatização de dados, o arquivo do Memorial Dom Lucas atua de forma oposta, trabalhando e valorando outras características do religioso mineiro, como a “discrissão” no trato, em si, que acaba por se refletir na “discrissão” de sua memória.

### **DOM LUCAS E A FUNDAÇÃO MEMORIAL CARDEAL DOM LUCAS MOREIRA NEVES**

A Fundação Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves foi inaugurada em 16 de setembro de 2003, exatamente um ano após a morte do seu titular, na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais. Entretanto, a história do Memorial tem início alguns anos antes da morte do religioso, quando, em parceria com seus irmãos, ele decide planejar um lugar para sua memória em sua terra natal.

O memorial foi pensando a partir da execução de alguns objetivos. Consta, na escritura, entre outras informações, que a instituição tem fins “religiosos e culturais” e que seu patrimônio é formado por uma biblioteca e uma pinacoteca. Todos os objetos e obras de arte que pertenceram ao cardeal (quadros, ampolas, crucifixos e mitras) são descritos nesse documento. É interessante notar que a escritura não menciona o arquivo pessoal de dom Lucas, que recebeu, em 2015, o título de “arquivo pessoal de interesse público e social”, como veremos adiante.



O objetivo do memorial era estar concentrando em ações que pudessem valorizar e renovar o legado patrimonial e intelectual desse religioso a partir de seus livros e objetos religiosos. A instituição, que fora criada pela irmã do cardeal, foi doada integralmente à diocese da cidade, que “se incumbira pela manutenção da memória daquele que foi o mais expressivo e brilhante representante do clero sanjoanense”.<sup>8</sup>

Dom Lucas, em entrevistas, definia-se como um bispo brasileiro que, na função episcopal, se fez jornalista, escrevendo para jornais não confessionais de grande circulação: “já exprimi, orgulho não, mas satisfação, sim, por ter me integrado nos bispos-jornalistas” (NEVES, 2000, p.25). Heymann (2011, p.92) lembra-nos de que todo investimento na construção de um legado segue um procedimento que confere protagonismo à ação do personagem. Neste caso, de religioso, intelectual e jornalista e ligado a Roma e aos Papas. Conforme afirmou o presidente da instituição em entrevista: “se Deus não é brasileiro, o Papa quase foi”.<sup>9</sup>

O arquivo encontra-se em um salão posterior à biblioteca, no andar térreo da instituição. Os visitantes podem ter acesso a esse salão por ser uma passagem para o pátio externo, porém o conteúdo que é “exibido” não pode ser consultado ou pesquisado, funcionando apenas como um “tesouro”, ao qual não se pode ter acesso. O arquivo está dividido em 136 caixas poliondas que ainda não receberam tratamento arquivístico. A classificação foi estabelecida pela irmã do cardeal, a partir de 2003. Para isso, ela o segmentou por assuntos, pelas áreas de atuação ou por eventos que contaram com a participação de dom Lucas.

O arquivo pessoal contém documentos que perpassam toda a trajetória do cardeal, incluindo desde sua certidão de nascimento até correspondências trocadas com bispos e cardeais brasileiros e estrangeiros, dentre os quais dom Vicente Scherer e dom Eugênio Salles, além de prelados de diferentes países da América Latina, Europa e Ásia. O maior número de caixas no arquivo de dom Lucas corresponde à classificação “jornais”. São 17 caixas, 13 das quais contendo jornais brasileiros (*A Tarde*, *Bahia Hoje*, *Jornal do Brasil*, entre outros) que publicavam semanalmente artigos de sua autoria. Há também uma caixa relativa ao *L'Osservatore Romano*, porta-voz oficial do Vaticano.

<sup>8</sup> Cf. CAMILO, 2018.

<sup>9</sup> Fonte: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/971>. Acesso em 11 de novembro de 2020.



Há uma caixa exclusiva para o artigo “*J'accuse*” e as repercussões polêmicas que envolveram esse manifesto, publicado pelo cardeal em 13 de janeiro de 1993. Nesse artigo, dom Lucas acusa duramente a TV brasileira, especialmente a Rede Globo de Televisão, que, segundo ele, “imbeciliza” a sociedade. Ele foi escrito logo após o assassinato de uma famosa atriz brasileira por um colega de trabalho. O artigo provocou a reação do proprietário da emissora, jornalistas e atores, além das celeumas com os familiares da atriz. Em sua crônica semanal, dom Lucas explana que o artigo tinha como intuito provocar a discussão sobre a criação de um código de ética dos meios de comunicação:

Eu escolhi a crônica semanal, que mantenho no *Jornal do Brasil*, para me ater à raiz do mal: a televisão e suas leis mercantis ditadas pelo curso da audiência. Roberto Marinho, o diretor geral da Rede Globo, tentou entrar em contato comigo quando eu estava em reunião em Roma (NEVES; VAYNE, 2006, p.65).

Seguindo a classificação estabelecida pela irmã do Cardeal, há sete caixas para o assunto “congratulações”, reunindo diferentes benefícios recebidos por parte de autoridades civis, militares e religiosas, seja por sua nomeação para a arquidiocese de Salvador, seja por sua eleição ao cardinalato romano. É certo, porém, que não podemos afirmar em que medida essa documentação deixou de sofrer interferências de outros agentes, como secretários e colaboradores do religioso.

Finalmente, os documentos relativos ao período anterior a 1967, quando o então frade dominicano frei Lucas participou ativamente de diversos movimentos de leigos e jovens católicos, não são valorizados. O arquivo pessoal apresenta somente uma pasta de arquivo com encargos assumidos por ele. Não há, por exemplo, nenhuma pasta no arquivo relativo ao Movimento Familiar Cristão (MFC), nem à Conferência Nacional dos Religiosos (CNR), incluindo a existência de lacunas acerca do início da trajetória de Dom Lucas. De fato, são poucos os documentos anteriores a 1967, contudo sua participação é atestada nessas duas entidades.

O arquivo pessoal permanece, até hoje, nas sombras. Não houve, por parte dos gestores do memorial, nenhum investimento – pesquisa ou exibição – nessa documentação. O que existe é uma total ausência de informações sobre a origem e a manutenção desse arquivo pelo titular. Em suma, o arquivo não possui centralidade na instituição nem é visto como patrimônio ou legado do cardeal, tal como ocorre com o arquivo de dom Helder Câmara, em Recife.



## LEGADOS OPOSTOS; LUGARES DE MEMÓRIA EM DISSEMELHANÇA

Nos anos 2000, dom Lucas escreveu seu testamento espiritual, divulgado por familiares na cidade de São João del-Rei somente dias após sua morte, em 2002. Nesse texto, o religioso buscava constituir sua imagem como intelectual oriundo da ordem dos pregadores de São Domingos e homem da Igreja Romana, uma vez que fora vaticanista e assessor direto de dois Papas – Paulo VI e João Paulo II. Essa imagem do homem de Roma muitas vezes sombreia o Primaz do Brasil ou o ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (1998-2000), prevalecendo uma visão do intelectual da Academia Brasileira de Letras e o homem com estreitas ligações entre a Igreja Brasileira e Roma. No mais, a narrativa de memória busca exaltar os cargos ocupados ao final da vida pelo cardeal brasileiro, tais quais Prefeito da Congregação dos Bispos, Prefeito do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e bispo da Igreja Suburbicaria de *Sabinnna Poggio Mirteto*, ou seja, um cardeal da ordem dos bispos, acima dos demais cardeais da Igreja Católica.

Dom Helder, por sua vez, em seu testamento espiritual, manifesta o desejo de uma instituição de sua memória na cidade de Recife. Ali, as narrativas de memória institucional buscam constituir dom Helder, ao contrário das narrativas do Memorial Dom Lucas, como o religioso do Brasil, oriundo e voltando às questões da periferia; ele aparece como o homem da Igreja acolhedora, dos pobres e da base brasileira, ainda que tenha atuado por longo período como bispo auxiliar no Rio de Janeiro. As narrativas buscam constituir dom Helder como o pai dos injustiçados, o religioso atento a todas as rupturas relativas aos Direitos Humanos. No mais, a narrativa busca exaltar a atuação do arcebispo de Recife como o idealizador da CNBB, da Feira da Providência e de outras atividades sociais, dialogando com as ações sociais e a obediência à Igreja.

É interessante detectarmos como é comum que esses projetos de memória se estabeleçam com a participação ativa dos titulares dessas memórias como artífices. No caso do Memorial Dom Lucas, conforme declarou em entrevista a irmã do cardeal e fundadora e ex-diretora da instituição, “o Memorial era sonho antigo de dom Lucas e não podíamos ficar com todo esse material em casa”.<sup>10</sup>

Nora (1993) argumenta, justamente, que a função dos lugares de memória (memoriais) é responder a uma perda que garanta a conservação e a transmissão de determinados valores. Para o historiador francês, criamos

<sup>10</sup> *Estado de Minas*, 10 de março de 2013.

lugares de memória para compensar, ou melhor seria, reparar, a ausência causada pela morte. Nesse sentido, esses memoriais religiosos funcionariam como uma espécie de “prótese” do que já não mais é.<sup>11</sup>

Para a irmã de dom Lucas, o lugar de memória deveria voltar-se a divulgar e incentivar o legado patrimonial e intelectual do religioso, exclusivamente a partir de seu “museu” e de sua “biblioteca pessoal”. Ela não faz menção ao arquivo em nenhum documento e, menos ainda, em nenhuma entrevista no período em que esteve à frente do projeto de memória (2003-2013). Para isso, a ideia de legado intelectual foi revestida por uma áurea a partir da materialidade dos livros e dos paramentos religiosos do cardeal. Essa narrativa assumida pela irmã como “estratégia” de memória fornece uma importante informação do que pode ser exaltado ou silenciado nas narrativas da memória material dessas instituições.

O silêncio que ronda o arquivo pessoal de dom Lucas e a ausência de informações, contextualizações ou referências sobre esses documentos, conforme já visto, podem revelar posicionamentos do próprio titular durante sua trajetória. Em artigo publicado após a divulgação de seu nome para arcebispo e primaz do Brasil pelo jornal *L'Osservatore Romano*, Dom Lucas declarou, em um retiro, em 14 de agosto de 1987: “Prefiro o silêncio. Renovo essa opção cada vez que a tentativa de descrever sentimentos profundos não só resulta em tempo perdido, mas – o que é pior – deixa a amarga impressão de estragar algo pela sua banalização”.<sup>12</sup>

A manutenção da memória de Dom Lucas, nas narrativas da instituição, busca apoiar-se na concepção de uma *estética do silêncio* arquivístico a partir da ideia de um legado justamente silencioso, discreto, reservado em relação aos seus documentos pessoais, e é um silêncio que se renova e se atualiza constantemente. Entretanto, o memorial exalta a intelectualidade e a religiosidade desse prelado a partir dos livros que formam sua biblioteca e dos objetos do museu. Estes, sim, compõem oficialmente o legado material da instituição disponibilizado para aquela comunidade.

O silenciamento sobre o arquivo é o que renova o capital das narrativas institucionais e caracteriza a imagem e atuação de um intelectual, humanista, atuante nas estruturas de poder da Igreja Católica e um religioso que atuou de forma discreta face ao poder. Dom Lucas planejou o memorial como um

---

<sup>11</sup> Para maiores críticas à construção de Pierre Nora e seus lugares de memória, ver: GONDAR, 2016.

<sup>12</sup> Ver NEVES, 2000.



legado intelectual de sua biblioteca e artefatos religiosos, agora museológicos, entretanto, silenciou os documentos que compõem seu arquivo pessoal.

A partir do parecer do Conselho Nacional dos Arquivos (CONARQ), a Fundação Cardeal Dom Lucas reúne documentos arquivísticos importantes da Igreja Católica do Brasil e de outros países no período de 1950 a 2002, quando da morte do titular. A importância desse acervo pode ser medida quando, em 2014, todo acervo arquivístico da instituição recebeu o título de Interesse Público e Social emitido pelo CONARQ, tornando-se o segundo arquivo brasileiro religioso a ter essa declaração; o primeiro foi o acervo do bispo diocesano de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito. O parecer do CONARQ registrou como mérito maior do arquivo de dom Lucas, ainda que seja um acervo com restrições de acesso, o seu “valor social”, ao refletir a atuação de um importante membro da Igreja Católica brasileira e do Vaticano.

A documentação apresenta uma parcela importante da história da ordem dos dominicanos e das questões sociais internas da Igreja Católica no Brasil – com destaque para a forma consistente na organização da Igreja na Bahia – e no exterior, servindo também de análise para a compreensão da atuação sociológica e histórica do catolicismo, que tem sido objeto de pesquisa, estudo e interpretação em várias áreas do conhecimento (CONARQ, 2014, p.5).

No caso de dom Helder Câmara, são estabelecidas narrativas de uma instituição que abriga todo o arquivo pessoal do arcebispo de Recife, sua memória material e arquivística, sem restrições de acesso, e que se coloca como porta-voz para uma Comissão da Verdade. Essas ações podem ser entendidas como um investimento que busca apresentar um protagonismo nos vínculos sociais e democráticos do arcebispo de Recife com a história recente do país. Dom Helder, ao forjar sua imagem como o homem da Igreja brasileira, como o pai dos injustiçados, acaba por acionar uma narrativa que o diferencia de outros religiosos. Ao se tornar uma memória material “irrestrita” de acesso, ele reverte esse capital à sua memória material, legada em seu arquivo, que assume o protagonismo comprobatório dessas narrativas. Dito isso, o lugar de memória de dom Helder reverte ao seu arquivo pessoal uma espécie de áurea de “tesouro” para se ter acesso ao homem da Igreja brasileira. É por isso que uma breve análise do acervo pessoal de dom Helder disponibilizado para pesquisas pode ser indicativo das suas atuações contra toda forma de opressão.

Se pudermos realizar um exercício de comparação entre as instituições e narrativas de memória produzidas pelos arquivos pessoais em questão, desconsiderado aspectos relativos de cada uma, podemos concluir que ambas recorrem a estratégias para a manutenção das memórias materiais de seus titulares. Pensar em uma análise comparativa, neste texto, de duas instituições de memória não apresenta nenhuma pretensão no sentido de aprofundar questões sociais, econômicas e históricas. Nosso interesse recai mais em comparar as narrativas de memória de cada lugar e os efeitos provocados na contemporaneidade, levando em consideração que a memória é um projeto de poder político e social que visa a estabelecer, no presente, relações com o passado e a constituição de um futuro. Entretanto, essas ações se dão a partir de cada época, de cada interesse e objetivos dos herdeiros dessas memórias que visam, de formas diversas, a estabelecer narrativas que mantenham a memória desses homens públicos religiosos presentes e atuantes.

O acervo de dom Lucas privilegia os espaços da alta hierarquia e as tomadas de poder de um intelectual, humanista da Ordem dos Pregadores. Já o acervo de dom Helder ilumina não a hierarquia, mas o religioso do povo, o homem presente nas comunidades e periferias e, principalmente, um militante pelos direitos humanos. A imagem de dom Helder a partir do alto escalão ventila o homem que participou ativamente do Concílio Vaticano II e de outras tomadas de poder. É como se um acervo reverberasse a ideia do intelectual e religioso da base que participou das tomadas decisórias no concílio dos anos de 1960 com a alta hierarquia universal da Igreja Católica de forma esporádica, e o outro privilegiasse a alta hierarquia, as relações entre a Igreja Romana e a Brasileira e o intelectual dominicano.

Ambos buscam estabelecer uma memória “honorífica” sobre as trajetórias de seus titulares. Tanto é que essa característica se manifesta em diferentes memoriais brasileiros, sejam os religiosos, sejam os de homens políticos ou intelectuais (CAMILO, 2018). Entretanto, nesse sentido, vale a pena ventilar as narrativas, os investimentos e as estratégias de memória estabelecidas por esses lugares como possibilidade de problematizar as operações da memória social religiosa no mundo contemporâneo e suas relações com o passado.

Ainda que não tenhamos a pretensão, neste texto, de analisar de forma exaustiva um estudo comparativo entre as duas instituições, algumas questões podem ser inicialmente pontuadas para que iluminem os contrastes que se firmam na representatividade entre essas duas memórias.



Se o arquivo relativo à memória de dom Helder Câmara permite-nos reconfigurar contextos sociais específicos, capilarizados para as diferentes vertentes sociais da base, a memória de dom Lucas firma-se, justamente, na alta hierarquia, e sua atenção é aos diversos postos ocupados pelo cardeal nessa hierarquia religiosa, não apenas no Brasil, mas também, e principalmente, em Roma. Dito isso, podemos, talvez, considerar que as representações, ações e estratégias de memória de ambos os lugares de memória buscam representar e atualizar o capital simbólico e o legado desses religiosos, atualizando essas trajetórias a partir de negociações que reforçam e atualizam suas imagens extraordinariamente atuantes e unívocas em seus espaços de ações como forma de articulação, atualização e renovação dessas trajetórias a partir do campo de disputas que é a memória social.

Se pudermos pensar, ainda, em diálogos comparativos que nos ventilem as narrativas postas por ambos os lugares de memória, poderíamos afirmar que as narrativas buscam parar o tempo de forma *material, ritual e simbólica*, como são os lugares de memória; contudo, elas se constituem de forma extremamente dissemelhante, ainda que pertençam à mesma instituição religiosa. A memória social, a partir da religiosidade – neste caso, de prelados da Igreja Católica – pode servir-nos de objeto de análise, na medida em que nos ilumina as ações e estratégias de memória a partir de artefatos religiosos utilizados como suportes e provas materiais de memória de seus titulares. Como podemos observar, os acervos e as coleções pessoais ocupam importância fundamental nesses lugares de memória; entretanto, os usos feitos sobre esses artefatos, as narrativas e os desafios levarão em consideração as estratégias dos herdeiros dessa memória que, neste caso, acabam por refletir as ações e as tomadas de decisões de acordo com as identidades e representações da memória de seus titulares.

Finalmente, as disputas em torno das memórias de religiosos podem tornar-se um rico campo de análise, uma vez que lançam luz aos usos e sentidos da memória social a partir de artefatos que têm a religião por base cultural. Dito isso, concluímos esperando provocar debates, pesquisas e investigações que analisem não somente as trajetórias de intelectuais e religiosos da Igreja Católica, mas, sobretudo, as narrativas de lugares para suas memórias “oficiais” e “extraoficiais” e a ação dos herdeiros dessas memórias, as táticas, os desafios institucionais e, precipuamente, o que é valorizado e silenciado nas representações e nos forjamentos de memórias materiais de prelados da Igreja Católica.

## REFÊRENCIAS

ASSIS, João Marcus Figueiredo de; SOUZA, Rosale de Mattos. *Arquivos e Narrativas: o acervo de Dom Adriano Hypólito e as memórias do enfrentamento ao regime civil-militar*. In: XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro .

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

CAMILO, Vandelir. *Desafios e estratégias na criação do memorial Dom Lucas Moreira Neves*. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Escola de Ciências Sociais, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2017.

CAMILO, Vandelir. *O lugar da memória: Desafios e estratégias na criação do memorial Dom Lucas Moreira Neves*. Salvador: Editora Saggá, 2018.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo*. Rio de Janeiro, pp.1-15, 1987.

GONDAR, Jo. *Cinco proposições sobre memória social*. In: DOBEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jo (org). *Revista Morpheus* (Número Especial: Por que memória social?), v. 9, n. 15. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

HALBAWACHS, Maurice. *La Topographie légendaire des évangiles en Terre saint: Étude de mémoire collective*. Paris: Ed Presses Universitaires de France, 2008 [1971].

HEYMANN, Luciana. *De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”*: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Contra-capá, 2012.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. *Os paradoxos da memória*. In: MIRANDA, Danilo Santos. *Memória e Cultura: A importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Ed. SESC/SP, 2007.



NEVES, Lucas Moreira. *Memorial de Fogo e outras crônicas*. São Paulo: Ed. Record, 2000.

NEVES, Lucas Moreira. VAYNE, François. *Entrevista com François Vayne*. Rio de Janeiro: Ed Academia Brasileira de Letras, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares de memória*. Trad. Yara Ann Kouri. In: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História, n. 10, dezembro de 1993.